

---N.º 11/2025 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE VINTE NOVE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO. -----

--- Aos vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, extraordinariamente, no seu salão, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte: -----

----- ORDEM DE TRABALHOS -----

---PRIMEIRO PONTO – DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DE CADA PARTIDO NO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE. (GRELHA E) -----

---SEGUNDO PONTO – ELEIÇÃO DE 4 REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS. (GRELHA E) -----

---TERCEIRO PONTO – ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NO CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES (AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE) DE FAMALICÃO. (GRELHA E)-----

---QUARTO PONTO – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA, E RESPETIVO SUPLENTE NA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES. (GRELHA E) -----

---QUINTO PONTO – ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DO AVE – CIM DO AVE. (GRELHA E) -----

---SEXTO PONTO – ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, QUE DEVERÁ SER UM PRESIDENTE DE JUNTA E RESPETIVO SUPLENTE, NA COMISSÃO MUNICIPAL DE SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE V. N. DE FAMALICÃO. (GRELHA E) -----

---**SÉTIMO PONTO** – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DEVENDO SER UM AUTARCA DE FREGUESIA E RESPETIVO SUPLENTE, NO CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL. (GRELHA E) -----

---**OITAVO PONTO** - ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, QUE DEVERÁ SER UM PRESIDENTE DE JUNTA E RESPETIVO SUPLENTE, NO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA. (GRELHA E) -----

---**NONO PONTO** – ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, QUE DEVERÁ SER UM PRESIDENTE DE JUNTA E RESPETIVO SUPLENTE, NO CONSELHO MUNICIPAL EDUCAÇÃO. (GRELHA E)-----

---**DÉCIMO PONTO** – ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO. (GRELHA E) -----

---**DÉCIMO PRIMEIRO PONTO** – APRECIAÇÃO DO TERCEIRO RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DA VILA DE JOANE. (GRELHA E) -----

---**DÉCIMO SEGUNDO PONTO** – APRECIAÇÃO DO TERCEIRO RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DO EIXO BAIRO-DELÃES. (GRELHA E)-----

--- A Mesa, presidida por Manuel João Fernandes Nascimento e secretariada por Susana Patrícia da Silva Ferreira e Rui Miguel Pereira dos Santos, verificou a existência de "quórum" e assinalou as seguintes presenças e faltas: -----

---ADELINO SILVA COSTA -----

---ALEXANDRA MARIA DOS SANTOS MOREIRA -----

---ANA LUÍSA OLIVEIRA FREITAS-----

---ANA RAQUEL CORREIA DE CARVALHO -----

---ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO PINHO -----

---ANTÓNIO FRANCISCO COSTA OLIVEIRA

- ANTÓNIO JOAQUIM FERREIRA DA SILVA -----
- ANTÓNIO JOAQUIM GOMES FARIA -----
- ANTÓNIO JOSÉ DINIS PEREIRA -----
- ANTÓNIO MANUEL LEITÃO MACEDO VARELA-----
- BÁRBARA DANIELA FONTES DE SÁ -----
- BRUNO JOAQUIM TORRES PINHEIRO CUNHA -----
- BRUNO MIGUEL ARANTES DOMINGUES -----
- CAMILO MANUEL MAIA PINHEIRO -----
- CARLA SOFIA DE SANTANA AFONSO RIBEIRO FARIA -----
- CARLOS ALBERTO COSTA GOMES -----
- CARLOS ALBERTO VILAS BOAS CARVALHO -----
- CARLOS MANUEL MARTINS VALENTE -----
- CLÁUDIA ISABEL NOGUEIRA ARAÚJO-----
- DAVIDE JORGE RIBEIRO AZEVEDO SILVA -----
- DIOGO MANUEL ARAÚJO VELOSO -----
- DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA -----
- EDGAR LUÍS LOPES MARINHO PINTO -----
- FÁTIMA SANDRA SILVA MARTINS ARAÚJO -----
- FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA -----
- FERNANDO LUCAS SIMÕES VILELA -----
- FRANCISCO AMARO CAMPOS OLIVEIRA-----
- FRANCISCO ISMAEL MONIZ CARNEIRO -----
- FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES -----
- FRANCISCO RODRIGUES SÁ -----
- GRACINDA SÁ -----
- GUSTAVO HENRIQUE RAMOS DE OLIVEIRA LEMOS-----

---HEITOR JOSÉ PEREIRA ROCHA-----
---HUGO MIGUEL SOUSA MACHADO-----
---JAIME FRANCISCO REBELO SILVA -----
---JOÃO PEDRO RODRIGUES DA FONSECA E CASTRO-----
---JOÃO PEDRO SAMPAIO DE ARAÚJO-----
---JOAQUIM AGOSTINHO DA SILVA FERNANDES-----
---JOAQUIM ALBERTO ROCHA FERNANDES-----
---JOEL CRISTIANO PACHECO OLIVEIRA -----
---JORGE ANDRÉ PINHEIRO CRUZ-----
---JORGE JOAQUIM DOMINGUES DA COSTA-----
---JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA -----
---JOSÉ JOAQUIM SOUSA GONÇALVES PEREIRA-----
---LAETITIA LOPES DA COSTA-----
---LILIANA MARIA MARQUES RIBEIRO-----
---LÚCIA ALEXANDRA ABREU DA SILVA -----
---LUÍS ANTÓNIO FERREIRA MIRANDA DA SILVA -----
---MADALENA COELHO SOARES -----
---MANUEL AGOSTINHO RODRIGUES GOMES -----
---MANUEL BRANCO FERREIRA -----
---MANUEL FRANCISCO FARIA NASCIMENTO-----
---MANUEL JOÃO FERNANDES DE NASCIMENTO-----
---MANUEL LIMA SOARES -----
---MANUEL MARTINS DE CARVALHO -----
---MANUEL SERAFIM DA SILVA AZEVEDO -----
---MÁRCIA FILIPA RORIZ NUNES -----
---MARIA ANTÓNIA PEREIRA OLIVEIRA -----

- MARIA DE FÁTIMA SANTOS AZEVEDO -----
- MARIA ORMINDA MOREIRA MARQUES -----
- MIGUEL FIDALGO MARTINS TEIXEIRA NUNES -----
- PAULA MARIA RODRIGUES COSTA AZEVEDO -----
- PAULO ANTÓNIO VELOSO PEREIRA SILVA REIS -----
- PAULO CÉSAR GOMES CAMPOS-----
- PAULO JORGE MARQUES COSTA -----
- PEDRO JORGE DE SOUSA SANTOS-----
- RICARDO JORGE COSTA MENDES -----
- RICARDO MIGUEL MACHADO PINTO-----
- RUI JORGE FONTES COSTA-----
- RUI MANUEL MATOS DE CARVALHO -----
- RUI MARTINHO DA SILVA FARIA -----
- RUI MIGUEL PEREIRA DOS SANTOS -----
- SANDRA SUSANA NEVES DOS SANTOS-----
- SILVIO DANIEL LOUREIRO GRANJO -----
- SUSANA PATRÍCIA DA SILVA FERREIRA-----
- TACIANA LUNA FLORES NOVAIS-----
- TERESA ADÉLIA CAMPOS PINTO -----
- TERESA CRISTINA BARBOSA PEIXOTO-----
- TERESA MARGARIDA FARIA CASTRO BORGES -----

---Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de esclarecimentos:-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO)** –

Bom dia a todos. Senhoras e senhores deputados, senhoras e senhores presidentes de junta, senhor presidente de Câmara, Excelentíssima Câmara Municipal, caro público famalicense, antes de mais pedir desculpa por este atraso. Tratou-se aqui duma questão

logística de elaboração dos votos para responder aos pontos da ordem de trabalhos. Como sabem, é um trabalho um bocadinho complicado, principalmente quando estamos a receber algumas listas, um bocadinho em cima da hora, mas de momento está tudo resolvido. Aproveito para dar as boas-vindas a todas as senhoras e senhores deputados e presidentes de junta, aqueles que foram eleitos por vontade popular, os que foram eleitos e já cá estavam e, portanto, se consideram repetentes nestas andanças. Os que estão aqui pela primeira vez, que saúdo especialmente e que desejo que gostem e possam ser repetentes numa próxima vez. E aqueles também especialmente que hoje aqui regressam após alguns anos de interregno, que estou a ver aqui alguns e sinto-me muito feliz e lisonjeado por tê-los cá. Desejo a todos um trabalho harmonioso, frutífero, em prol de Famalicão e dos famalicenses. Aproveito para informar que também a constituição Comissão Permanente da Assembleia Municipal já está constituída, já reuniu inclusivamente por duas vezes e ficou combinado entre os membros da Comissão Permanente que a apresentação de cumprimentos, que é habitual nestas andanças na primeira reunião dum mandato, por uma questão de economia de tempo e de logística e até de funcionamento do órgão, seria feita na próxima sessão da Assembleia Municipal. Sei que houve aqui algumas conversações entre os líderes sobre o facto de a poderem fazer hoje. Por parte da Mesa, não haverá inconveniente nenhum. Parece-me que, no entanto, uma questão de alguma correção e alguma solidariedade para com a senhora deputada Tânia Silva da CDU, que hoje se faz representar, por lhe ser impossível marcar presença, que podíamos deixar essa apresentação de cumprimentos para a próxima sessão da Assembleia Municipal, se não houver inconveniente pelos líderes, assim como foi combinado. Só uma nota relativamente à logística da sala. Percebe-se, aliás, já seria expectável que a sala, apesar de nobre, é uma sala que se vai tornando apertada, fruto até da desagregação de freguesias a que assistimos, que aumentou o número de senhores deputados e presidentes de junta que constituem a Assembleia

Municipal. Como sabem, isso já foi um assunto também abordado na Comissão Permanente, já tinha sido um assunto abordado por mim próprio com o senhor presidente da Câmara relativamente à questão do espaço da Assembleia Municipal. A Mesa está a efetuar todas as diligências para que possa atribuir o maior conforto aos senhores deputados e presidentes de junta no exercício das suas funções aquando da realização das sessões plenárias da Assembleia Municipal, esperamos ter algumas novidades em breve. Relativamente à ordem de trabalhos, trata-se precisamente de uma sessão extraordinária, portanto, não há período antes da ordem do dia. No entanto, deram entrada na mesa dois votos de pesar pelo falecimento do senhor Daniel Palhares, antigo presidente da Junta de Jesufrei e, portanto, também membro por inerência desta Assembleia Municipal durante muitos anos e sendo assim, com enquadramento nos Artigos 45º e 59º do Regimento, torna-se possível a apresentação destes votos de pesar. E assim, por ordem de entrada, dou então a palavra primeiro a um elemento do grupo municipal do CDS e depois ao senhor presidente da Junta da União de Freguesias de Mouquim, Lemenhe e Jesufrei para a leitura do voto. Relembro que também, de acordo com o Regimento, esta leitura do voto não tem tempo atribuído. Portanto, o voto será lido e apresentado aos senhores deputados e depois, se cada um dos grupos municipais pretender intervir ou dizer algumas palavras, terá três minutos para o efeito. -----

---**HUGO SOUSA MACHADO (CDS)** – Fez a leitura do voto de pesar do seguinte teor: -----

---" Voto de pesar: o Grupo Parlamentar do CDS vem por este meio expressar o seu profundo pesar pelo falecimento de Daniel Carvalho Palhares, antigo presidente de Junta de Freguesia de Jesufrei, cargo que exerceu entre janeiro de 1977 e janeiro de 1998, tendo igualmente tido assento na Assembleia Municipal durante esse período. Ao longo de mais de duas décadas de serviço público, destacou-se pela dedicação, pelo espírito de serviço e pelo elevado sentido de responsabilidade que sempre demonstrou

na condução dos projetos e iniciativas em prol daquela freguesia. Não podemos deixar de salientar a Medalha de Mérito Municipal Autárquico, distinção com que foi justamente agraciado pelo município, como reconhecimento público do seu percurso exemplar e do seu profundo compromisso cívico. A sua entrega ao serviço público e à comunidade deixa uma marca de seriedade, proximidade e dedicação que permanecerá na memória de todos quantos com ele privaram, trabalharam ou beneficiaram da sua ação. Neste momento de luto e despedida, o grupo parlamentar do CDS apresenta as mais sentidas condolências à família, aos amigos e a toda a comunidade, reiterando a profunda gratidão pelo legado de trabalho, dedicação e serviço que o senhor Daniel Carvalho Palhares deixou”. -----

---PRESIDENTE DE JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MOUQUIM, LEMENHE E JESUFREI - Fez a leitura do voto de pesar do seguinte teor: -----

---"Voto de pesar: No passado dia vinte e um de novembro, faleceu o senhor Daniel Carvalho Palhares, com noventa anos de idade. O senhor Daniel Palhares nasceu a 27 de outubro de 1935, tendo sido presidente de Junta da Freguesia de Jesufrei, bem como cofundador da Engenho. A viver em Jesufrei, foi um homem de grande caráter, com uma energia admirável, tendo dedicado uma boa parte da sua vida à causa pública, tendo sido um exemplo para todos aqueles que com ele privaram. Pelo exposto, a Junta de Freguesia de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei propõem que a Assembleia Municipal delibere: aprovar o voto de pesar pelo falecimento do senhor Daniel Carvalho Palhares e que sejam apresentadas as devidas condolências à família”. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO) – Têm a palavra, os grupos municipais que pretendam intervir. O senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira tem a palavra. -----

---JORGE OLIVEIRA (PSD) - Deixar em nome do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, o nosso testemunho ao Senhor Palhares. Era assim que

nós, a maioria de nós o conhecíamos, o senhor Daniel Palhares, que eu particularmente conheci em 1993, exatamente quando para aqui vim, para esta casa como deputado à Assembleia Municipal. E assim convivi com ele no tempo em que ele foi presidente de Junta e integrava este órgão deliberativo. Não é que tenha privado muito com ele, mas recordo-me bem da sua pessoa. Recordo-me particularmente do seu ar muito sereno. Era uma pessoa extremamente serena, calma, simples, mas simultaneamente, nesta casa e fora dela, demonstrou sempre um grande afínco, um foco, uma persistência. Era mesmo incansável naquilo que era a defesa dos interesses da sua freguesia, que ele liderou durante quase vinte anos, mais de vinte anos até. E nalguns casos até essa defesa levada ao extremo, há algumas histórias daquilo que é de facto o seu apreço pela sua terra e pela sua gente. E foi com essa imagem que eu fiquei dele. E eu julgo que é a imagem que provavelmente todos aqueles que com ele tiveram a oportunidade de conviver também a têm. A verdade é que ele deixou uma marca no nosso concelho e particularmente uma marca na sua freguesia, na freguesia de Jesufrei. E por isso, nesta hora de despedida, ao fim de noventa anos, o que o senhor Palhares nos deixou é um exemplo de participação cívica, um exemplo de cidadania, de participação política e de participação autárquica. Por isso, nesta hora de despedida e consternação, eu gostaria, em nome pessoal e em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, endereçar as nossas condolências desde logo à sua esposa, a dona Carolina, ao seu filho, à sua nora, ao seu neto, aos demais familiares, aos amigos e ao CDS-PP.-----

---**JORGE COSTA (PS)** - o Partido Socialista quer associar-se publicamente a estes votos de pesar, porque não há ideologia que nos divida para falar de homens bons como era o Palhares. Eu tive também a oportunidade de conviver com ele durante largos anos na Assembleia Municipal e apesar de terem já

passado também muitos anos, recordo-o com muita admiração, a rara diplomacia que tinha o Palhares. A calma, a ponderação, era de facto um diplomata daquelas terras de Jesufrei que importa a não esquecer e lembrar. Por isso associamo-nos a este voto, de pesar do CDS e relembrando, assim como nos associamos ao voto de pesar da freguesia de onde este homem era residente e que liderou também durante muitos anos. Agora é uma união, mas de facto, a freguesia mostra que volvidas as eleições com esta atitude, não há política, há o interesse da freguesia e é do interesse da freguesia-- não há política partidária. Há política de freguesia e é do interesse da freguesia louvar e engrandecer quem se dedicou à causa pública como o Palhares. Lembro, e está muito bem referenciado no voto apresentado pela junta de freguesia, o papel do Palhares na fundação da Engenho. E lembro também, o entusiasmo do Palhares pelo investimento naquela área, do que acabou por ser hoje a escola do Conde de Arnoso, a Escola Básica ali na confluência entre as freguesias de Arnoso e Jesufrei, que ele de forma entusiástica defendia também para abranger todos os alunos daquela área. Deixou marca, deixou seriedade e, portanto, associamo-nos convictamente a ambos estes votos e vamos votar favoravelmente. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO) ---

Mais algum senhor deputado pretende usar da palavra? Não pretendendo, informo que também a Mesa se associa ao teor dos votos, à dor da família, apresentando os seus cumprimentos e as suas condolências. Vamos então passar à votação. -----

---Voto pesar do CDS pelo falecimento do Senhor Daniel Carvalho Palhares. Aprovado por unanimidade.-----

---Voto pesar da União de freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei. Pelo falecimento do Senhor Daniel Carvalho Palhares. Aprovado por unanimidade.

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO (CDS) - Cumpramos um minuto de silêncio.-----

-----ORDEM DO DIA-----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO) --
Assim sendo, vamos então entrar na ordem de trabalhos. Como já terão tido a oportunidade de ver os primeiros dez pontos, dizem respeito quer a designações, quer a pontos de eleição. Vamos entrar no ponto número um, designação do representante de cada partido no Conselho Municipal da Juventude. A mesa irá informar quem foram os nomes indicados por cada partido e depois antes do ponto número dois, a mesa informará também como se procederá à eleição nos pontos seguintes. Assim sendo, para a designação de representante de cada partido no Conselho Municipal da Juventude, o PSD indica o João Miguel Ramalho Fontes. O Partido Socialista indicou como seu representante Pedro Rafael Sá Fernandes Gomes. O CDS apresentou Hugo Miguel Sousa Machado e o Chega apresentou Teresa Borges. A Iniciativa Liberal e a CDU não apresentaram nomes para o Conselho Municipal da Juventude. Vamos então passar para o ponto número dois, e aqui começar as votações. Hoje, exceccionalmente, a sala está ainda um bocadinho mais apertada, porque foi preciso criar aqui condições para que a eleição, o ato eleitoral decorra de forma mais ou menos ordeira, dentro das condições que temos para o fazer. Em condições normais, nas próximas sessões da Assembleia Municipal, nesta sala, aquela porta lateral estará fechada para que consigamos acondicionar de forma mais confortavelmente todos os senhores deputados. Hoje, foi aberto um espaço maior entre a primeira e segunda fila. A porta estará aberta. A senhora primeira secretária da mesa fará a chamada de cada dos senhores deputados e presidentes de junta. Lá fora, temos a secção de voto. Estará o segundo secretário da mesa à

porta a entregar os boletins de voto aos seus deputados. Peço que possam votar, depositar os votos na urna e voltar a entrar pela porta de trás. A ver se conseguimos fazer isso de forma mais ou menos ordeira, como o disse. Em relação à votação, nós temos nove pontos para votação e eu vou já passar a enunciá-los. A sugestão da mesa é que se faça a eleição, para evitar que os seus deputados tenham que estar constantemente a deslocar-se à secção de voto, é que se possa fazer a votação toda de uma vez. A mesa preparou os boletins de voto que serão entregues aos seus deputados e seus presidentes da Junta, todos juntos e eles estão divididos por cores, para depois facilitar na contagem. Estão devidamente identificados, diz exatamente para que é cada boletim e, portanto, não haverá dúvidas por parte de quem vai exercer o seu direito de voto. Informo só que a eleição para o Conselho Municipal Cinegético e a eleição para a Associação Nacional de Municípios, uma vez que se trata só de um nome, estão juntos por uma questão muito simples: é que não havia mais cores para os boletins e, portanto, foi uma dificuldade criada aqui à Mesa, mas penso que não haverá dificuldade nenhuma depois na contagem, sabendo que estes, esta votação é feita em conjunto. Todos juntos, eles estão divididos por cores para depois facilitar na contagem. Se alguém pretender votar de forma diferente para um ou para o outro, uma vez que será a lista única neste boletim peço que informem a Mesa que providenciará um boletim diferente para que possam exercer o vosso direito sem constrangimentos nesse particular. -----

- Ponto número dois: eleição de quatro representantes da Assembleia Municipal na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens. Aqui foram apresentadas duas listas, a lista A, porque foi entregue primeiro e será assim designada, é uma candidatura conjunta apresentada pelos grupos municipais do PSD, do PS e do

CDS-PP. São apresentados os nomes de Judite Celeste Ribeiro Costa, Sofia Lopes Correia, Ana Raquel Carvalho e José Joaquim Brandão Costa Ferreira. ----

A lista B é uma lista apresentada pelo Chega, que tem como nomes Camilo Pinheiro, Luís Machado, Eduarda Macedo e Teresa Campos. -----

- Ponto número três: eleição de um representante da Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde de Famalicão. É apresentado um nome apenas, pelo PSD e pelo CDS, a senhora deputada municipal do grupo municipal do PSD, Maria Orminda Moreira Marques. -----

- Ponto número quatro: eleição do representante dos presidentes da Junta de Freguesia e respetivo suplente na Associação Nacional de Municípios Portugueses. É apresentada também lista única pelos grupos municipais do PSD e do CDS, indicando como representante Leonel Agostinho Azevedo Rocha, presidente da Junta de Freguesia de Ribeirão, e Ricardo Jorge Costa Mendes, presidente da Junta da União de Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário. -----

- Ponto número cinco: eleição dos representantes da Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal do Ave-- CIM do Ave. Informo aqui antes de indicar a constituição das listas que nesta eleição da CIM do Ave, os senhores presidentes da Junta não votam e, portanto, não lhes será distribuído boletim de voto para esta eleição.-----

---Foram então apresentadas três listas para a CIM do Ave. A primeira apresentada pelos grupos municipais do PSD e do CDS, e vou passar a ler os nomes como efetivos, Rui Miguel Pereira dos Santos, Pedro Jorge Sousa Santos, Francisco Amaro Oliveira, Daniela Filipa Machado Torres, Fernando Lucas Simões Vilela, Cármen Rodrigues Araújo, Paulo António Veloso Pereira da Silva

Reis e Maria Fátima Santos Azevedo e ainda como suplentes Hugo Miguel Sousa Machado, João Pedro Sampaio de Araújo, Paula Maria Rodrigues Costa Azevedo e Ana Raquel Correia Carvalho. -----

---Em relação à lista B, apresentada pelo Partido Socialista, será a lista B por ordem de entrada, tem os seguintes nomes: Jorge Joaquim Domingues da Costa, Laetitia Lopes da Costa, Rui Manuel Matos de Carvalho, Alexandra Maria dos Santos Moreira, Luís António Ferreira Miranda da Silva, António Joaquim Ferreira da Silva, Paulo Jorge Marques Costa e Manuel Martins de Carvalho.-----

E finalmente, a lista C para a Comunidade Intermunicipal do Ave, apresentada pelo Chega, com o único nome de João Pedro Rodrigues da Fonseca e Castro.-----

- Ponto número seis: eleição de um representante da Assembleia Municipal, que deverá ser um presidente de Junta e respetivo suplente na Comissão Municipal de Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais do Município de Vila Nova de Famalicão. Foram apresentados os nomes de Manuel Agostinho Rodrigues Gomes, presidente da Junta da União das Freguesias de Vale São Cosme, Telhado e Portela, como efetivo, e Carlos Alberto Costa Gomes, presidente da Junta de Freguesia de Brufe, como suplente. -----

- Ponto número sete: representante da Assembleia Municipal, devendo ser um autarca de freguesia no Conselho Cinegético Municipal. Foi apresentado também lista única pela coligação PSD-CDS, o nome de Avelino Silva Costa, presidente da Junta de Freguesia de Fradelos e, como suplente, Manuel Branco Ferreira, presidente da Junta de Freguesia de Cavalões. -----

- Ponto número oito: eleição do representante da Assembleia Municipal para o Conselho Municipal da Cultura. Mais uma vez lista única apresentada pela coligação PSD-

CDS, como efetiva Ana Luísa Oliveira Freitas, presidente da Junta da União de Freguesias de Seide, e como suplente Liliana Maria Marques Ribeiro, presidente da Junta da União de Freguesias de Carreira e Bente.-----

- Ponto número nove: eleição do representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação. Foi apresentada também a lista única pela coligação PSD-CDS, António Emílio Brandão Pinho, presidente da Junta de Freguesia do Gavião, como efetivo, e Carlos Manuel Martins Valente, presidente da Junta de Freguesia de Oliveira São Mateus, como suplente. -----

- Ponto número dez: eleição do representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Turismo. Foi apresentado o nome de Francisco Amaro Campos Oliveira, deputado do grupo municipal do CDS-PP, como lista única. ---

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Senhor Presidente, surgiu-me uma dúvida exatamente agora e se o tivesse verificado antes teria alertado já a Mesa e o grupo municipal. E admito que até esta interpretação possa ser incorreta porque ela suscitou agora, nos termos do artigo 83º do Regime Jurídico das Autarquias Locais e é aquela que configura esta eleição, dispõe que a eleição, ou seja, as listas não podem ter mais que oito elementos e tem que ter obrigatoriamente um suplente. Não sei se reparou no número dois dessa disposição, diz que as listas apresentadas para a Assembleia Intermunicipal não podem ter mais do que o número de efetivos a que possam ser eleitos, ou seja, e tem que ter obrigatoriamente um suplente. Eu estou aqui a levantar a questão quanto eu julgo saber, a lista do Chega não apresenta um suplente e obviamente que não estou a advogar a retirada da lista, o que eu julgo é que faria sentido o Chega acrescentar um nome de um suplente para que possa desta forma cumprir o formalismo legal.

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO) – Senhor Deputado muito obrigado pela interpelação, de facto assim é, e dá-se a oportunidade ao Chega de poder introduzir um suplente. Se quiser usar da palavra para esse efeito, tem a palavra. -----

---JOÃO CASTRO (CHEGA) – Senhor Presidente, eu por acaso tinha essa mesma dúvida logo mesmo desde início, não quis estar a meter a foice em seara alheia, mas temos um nome já preparado a posição de suplente que é a Teresa Borges. -----

---JORGE COSTA (PS) – Também é para uma interpelação à Mesa, e diz questão precisamente desta lista. Eu tenho dúvidas, acho que lugar algum da lei esclarece se são listas uninominais ou plurinominais. Isto é, se estamos a aprovar listas que terão de cumprir os requisitos mínimos ou se estamos a aprovar pessoas. Porque de facto, a democracia tem algumas contingências, imagine-se a IL aqui representada ou o PCP representado por um deputado a dizer, nós vamos concorrer à Mesa, são precisas três pessoas, ou fazemos uma eleição uninominal e as leis da instalação dizem que é possível em alguns casos escolher pessoa a pessoa quem vai para os lugares, ou de facto, com muito pesar a IL se esta câmara deliberar que é por lista única não podem concorrer, são as regras da democracia, não fomos nós que as inventamos, estão em vigor há muito tempo. O Chega também não tem pessoas para fazer uma lista de oito lugares, porque a democracia tem estas contingências. E, portanto, daqui salto para a dúvida que de facto o PS tem nesta matéria que era importante, a nosso ver, esclarecer. Tem que ver com o seguinte, o apuramento quando todos os votos cabem em unidades singulares, o apuramento faz-se por unidades de grandeza, segundo o método de Hondt, a lei manda aplicar o método de Hondt, mas quando há dezenas de votos como neste caso, os votos do PCP, mais os da IL, mais os do PS, mais os do

PSD, mais do CDS, mais os do CHEGA, vão haver aqui questões de desempate na maior média própria do método de Hondt. E eu pergunto à Mesa, vamos usar como é de lei e tem sido prática corrente na assembleia da República o acerto às dezenas, duas décimas à direita depois da vírgula, ou vamos por unidade de grandeza? É porque o resultado político é completamente diferente, e o PS advoga e defende que se utilize de facto a mesma regra que é usada para o apuramento dos deputados, por exemplo, que compõem esta casa, as mesmas regras que resultam das eleições para as Autarquias Locais.-----

Posto isto, e as explicações dadas, abre-se aquela porta lateral à medida que vai sendo feita a chamada, como disse. Peço aos senhores deputados que possam deslocar-se através dessa fila lá fora. Ser-lhe-ão entregues os boletins. Votam, depositam os boletins. Se quiserem esperar um bocadinho lá fora até terminar a votação, tudo bem. Senão, voltam a entrar. No final, pedirei aos líderes dos grupos municipais que ajudem a Mesa na contagem. Muito obrigado Senhores deputados. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO) – Muito obrigado pela interpelação à mesa quer ao senhor deputado Jorge Oliveira, quer ao senhor deputado Jorge Costa. De facto, os assuntos aqui trazidos foram preocupação da Mesa e alvo de atenção da Mesa em específico durante esta última semana quando recebemos a constituição das listas. E há aqui dois assuntos que se distinguem, desde logo, a apresentação da lista com apenas um nome por parte do Chega, entretanto, corrigida com a inclusão de um membro suplente e outro relacionado com a questão do método de Hondt. O entendimento da mesa foi precisamente o de aceitar esta indicação do Chega para concorrer a esta eleição, precisamente pelo facto de se tratar de uma eleição que resultará numa lista distribuída através do método de Hondt. Ou

seja, se fosse uma lista aprovada apenas por maioria e sem distribuição proporcional pelo método de Hondt a Mesa não aceitaria. Aliás fê-lo com o Chega, acho que não é sigilo dizer isto, quando o Chega apresentou apenas um nome para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. A Mesa pediu ao Chega ou que retirasse a candidatura ou que apresentasse outros três nomes, uma vez que não há distribuição pelo método de Hondt e seria feito por maioria. E o Chega assim fez e a Mesa agradece. Em relação à Comunidade Intermunicipal do Ave, por se tratar de uma distribuição proporcional pelo método de Hondt, o entendimento da Mesa sem prejuízo daquilo que é o entendimento do senhor deputado Jorge Costa, que a Mesa entende, foi que a lista deveria ser aceite até porque o senhor deputado tem possibilidade, uma vez que se trata de um grande número de votos, de ter representação na lista que é efetivamente eleita para aquela Comunidade. Relativamente ao apuramento dos votos pelo método de Hondt, eu sinto-me à vontade para responder a essa questão, pese embora entenda que possa haver entendimentos diferentes, porque eu sou um homem dos números das matemáticas e, portanto, diz o método de Hondt que em caso de empate na divisão do último quociente será eleito o membro da lista que tem menos votos na primeira divisão do quociente. Ora num caso de empate, sei em casas decimais seria eleito o membro da lista com menor votação. Eu entendo que empate é efetivamente um empate. Se nós tivermos um quociente de seis para um elemento da Iniciativa Liberal e outro do Chega, há um empate, é um empate se for 6,00 porque se um tiver 6,1 e outro tiver 6,3 para mim já não há empate, a distribuição é superior para a lista que terá 6,3. Portanto, a proposta da Mesa é que o apuramento dos resultados possa ser feito com recurso ao método de Hondt, com casas decimais, para sabermos se há empate ou se não há empate. E podemos considerar para não estarmos aqui a extenuar os senhores deputados

que restringimos à questão das duas casas decimais, eu penso que é mais do que suficiente para desempatar. -----

---JORGE COSTA (PS) – Bom o PS acaba por concordar com este entendimento da Mesa e, portanto, também não pugna pela rejeição da lista do Chega, apesar de ter aqui levantado essa dúvida. Presumo que essa dúvida possa ser sanada depois até pelo próprio resultado das eleições. Mas aproveitando também o momento, porque isto é uma aprendizagem coletiva, já que foi dada ao Chega a oportunidade de fazer uma emenda à lista, o PS quer acrescentar mais um membro suplente Sandra Susana Neves dos Santos. Não o fizemos porque no passado, de facto, já tinha sido sufragado este entendimento hoje anunciado pelo senhor Presidente da Mesa, que listas só de uma pessoa ou duas ou três eram tidas na mesma consideração, mas na dúvida fica agora sanado com a indicação expressa deste novo suplente. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO) – Obviamente a mesa tem toda a abertura, portanto vou passar a enunciar quais foram as duas alterações resultantes destas interpelações à Mesa.

- O Partido Socialista acrescenta um suplente na lista à Assembleia Intermunicipal da CIM do Ave, suplente Sandra Susana Neves dos Santos. E o Chega apresenta como suplente Teresa Margarida Faria Castro Borges para a Assembleia Intermunicipal da CIM do Ave. A Senhora 1ª Secretária irá proceder à chamada para se deslocarem à mesa de voto. -----

Muito obrigado pela paciência. É um processo algo longo. Agradecemos a paciência de todos. Vamos então divulgar os resultados de todos os pontos da informação da designação e das eleições. -----

---PRIMEIRO PONTO – DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DE CADA PARTIDO NO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE. (GRELHA E)-----

--- Da sua ordem de trabalhos, constava, no seu primeiro ponto, a designação de um representante de cada partido no Conselho Municipal de Juventude. -----

--- Foram designados os senhores deputados, João Miguel Ramalho Fontes (PSD); Hugo Miguel Sousa Machado (CDS); Pedro Rafael Sá Fernandes Gomes (PS); Teresa Margarida Faria Castro Borges (CHEGA); Bruno Miguel Fernandes Pereira (CDU); Miguel Fidalgo Martins Teixeira Nunes (IL). -----

---SEGUNDO PONTO – ELEIÇÃO DE 4 REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS. (GRELHA E) -----

--- Da sua ordem de trabalhos, constava, no seu segundo ponto, a eleição dos representantes da Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. -----

--- Discutido o assunto, foram eleitas pela Lista A, as senhoras deputadas e o senhor deputado, Judite Celeste Ribeiro Costa; Sofia Lopes Correia; Ana Raquel Carvalho; José Joaquim Brandão Costa Ferreira. -----

---TERCEIRO PONTO – ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NO CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES (AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE) DE FAMALICÃO. (GRELHA E)----

--- Da sua ordem de trabalhos, constava, no seu terceiro ponto, a eleição do representante no Conselho do ACES (Agrupamento de Centros de Saúde) de Famalicão.-----

--- Discutido o assunto, foi eleita pela lista única, a senhora deputada Maria Ormindia Moreira Marques.-----

---QUARTO PONTO – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA, E RESPETIVO SUPLENTE NA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES. (GRELHA E) -----

--- Da sua ordem de trabalhos, constava, no seu quarto ponto, a eleição do representante da Assembleia Municipal na Associação Nacional de Municípios Portugueses.-----

--- Discutido o assunto, foi eleito pela lista A, o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Ribeirão, Leonel Agostinho Azevedo Rocha (efetivo) e o senhor Presidente de Junta da união de Freguesias de Famalicão e Calendário, Ricardo Jorge Costa Mendes (suplente).-----

---QUINTO PONTO – ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DO AVE – CIM DO AVE. (GRELHA E)-----

--- Da sua ordem de trabalhos, constava, no seu quinto ponto, a eleição dos representantes da Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal do Ave - Comunidade Intermunicipal do Ave – Cim do Ave. -----

--- Discutido o assunto, foram eleitos pela Lista A, os senhores deputados, distribuídos proporcionalmente pela aplicação do método de hondt-----

- Rui Miguel Pereira dos Santos (PSD); Jorge Joaquim Domingues Costa (PS); Pedro Jorge Sousa Santos (PSD); Laetitia Lopes da Costa (PS), Francisco Amaro Oliveira (CDS); Daniela Filipa Machado Torres (PSD); Rui Manuel Matos de Carvalho (PS); Fernando Lucas Simões Vilela (PSD).-----

- Suplentes – Hugo Miguel Sousa Machado (CDS); João Pedro Sampaio Araújo de Araújo (PSD); Paula Maria Rodrigues Costa Azevedo (PSD); Ana Raquel Correia Carvalho (CDS); Sandra Susana Neves dos Santos (PS).-----

---**SEXTO PONTO** – ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, QUE DEVERÁ SER UM PRESIDENTE DE JUNTA E RESPETIVO SUPLENTE, NA COMISSÃO MUNICIPAL DE SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE V. N. DE FAMALICÃO. (GRELHA E) -----

--- *Da sua ordem de trabalhos, constava, no seu sexto ponto, a eleição do representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Sistema de Gestão integrada de Fogos Rurais do município de Vila Nova de Famalicão.*-----

--- *Discutido o assunto, foi eleito pela Lista A, o senhor Presidente de Junta da União das Freguesias de Vale s. Cosme, Telhado e Portela, Manuel Agostinho Rodrigues Gomes (efetivo) e o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Brufe, Carlos Alberto Costa Gomes (suplente).*-----

---**SÉTIMO PONTO** – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DEVENDO SER UM AUTARCA DE FREGUESIA E RESPETIVO SUPLENTE, NO CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL. (GRELHA E) -----

--- *Da sua ordem de trabalhos, constava, no seu sétimo ponto, a eleição do representante da Assembleia Municipal no Conselho Cinegético Municipal de Sistema de Gestão integrada de Fogos Rurais do município de Vila Nova de Famalicão.*-----

--- *Discutido o assunto, foi eleito o senhor Presidente de Junta da Freguesia de Fradelos, Adelino Silva Costa (efetivo) e o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Cavalões, Manuel branco Ferreira (suplente).*-----

---**OITAVO PONTO** - ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, QUE DEVERÁ SER UM PRESIDENTE DE JUNTA E RESPETIVO SUPLENTE, NO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA. (GRELHA E) -----

--- *Da sua ordem de trabalhos, constava, no seu oitavo ponto, a eleição do representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Cultura do município de Vila Nova de Famalicão.*-----

--- *Discutido o assunto, foi eleita na Lista A, a senhora Presidente de Junta da União de Freguesias de Seide, Ana Luísa Oliveira Freitas (efetiva) e a senhora Presidente de Junta da União de Freguesias de Carreira e Bente, Liliana Maria Marques Ribeiro (suplente).*-----

---**NONO PONTO** – ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, QUE DEVERÁ SER UM PRESIDENTE DE JUNTA E RESPETIVO SUPLENTE, NO CONSELHO MUNICIPAL EDUCAÇÃO. (GRELHA E)-----

--- *Da sua ordem de trabalhos, constava, no seu nono ponto, a eleição do representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação do município de Vila Nova de Famalicão.*-----

--- *Discutido o assunto, foi eleito pela Lista A, o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Gavião, António Emídio Brandão Pinho (efetivo) e o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Oliveira S. Mateus, Carlos Manuel Martins Valente (suplente).*-----

---**DÉCIMO PONTO** – ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO. (GRELHA E)-----

--- *Da sua ordem de trabalhos, constava, no seu décimo ponto, a eleição do representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Turismo.*-----

--- *Discutido o assunto, foi eleito pela Lista A, o senhor Deputado Francisco Amaro Campos Oliveira.*-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA (JOÃO NASCIMENTO)** - Está assim concluída a questão da votação. Mais uma vez, obrigado a todos pela paciência.

É uma formalidade que a Assembleia Municipal tinha de cumprir e agradecemos a todos a compreensão. Antes de prosseguir com a ordem de trabalhos, um pedido de interpelação à Mesa do senhor deputado do Chega, João Castro. -----

---JOÃO CASTRO (CHEGA) - Senhor Presidente, hoje estive a falar com o grupo municipal aqui do Chega e estamos frontalmente contra o prosseguimento desta sessão, por várias razões, entre elas, profissionais, pessoais, todos temos compromissos. E de facto, isto era previsível, tal como eu avisei em sede de comissão permanente. E, portanto, não quero, de maneira nenhuma, dificultar o seu trabalho, mas em ocasiões futuras, temos que precaver este tipo de situações, porque agora vamos discutir, supostamente, os relatórios. O Partido Socialista vai intervir, não sei propriamente o que é que vai dizer. Se calhar, resolveu o mistério do Elevador da Glória, mas de qualquer das maneiras, nós opomo-nos a que continuemos com esta sessão, porque, enfim, o tempo já urge e, como eu disse anteriormente, temos compromissos. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA (JOÃO NASCIMENTO) - Antes disso, tenho outro ponto para abordar, antes de falar sobre esse ponto. Como todos os seus deputados assistiram no ponto um, na designação de um representante de cada partido do Conselho Municipal da Juventude, foi anunciado pela mesa quais foram os representantes designados por cada grupo municipal. Sucede que a Iniciativa Liberal e a CDU, nesse ponto, não apresentaram qualquer representante. No entanto, neste hiato de tempo durante a votação, o senhor deputado da Iniciativa Liberal, Miguel Fidalgo, dirigiu-se à mesa indicando que tinha enviado agora o nome dum representante para ser designado pela Iniciativa Liberal no Conselho Municipal da Juventude. Ora, trata-se de uma questão que é extemporânea, o ponto um estava fechado. No entanto, sabemos que no Conselho Municipal da Juventude podem ser designados pelos partidos membros à

posteriori, depois desta Assembleia Municipal. Essa foi a razão da convocatória daquela breve conferência de líderes que ali fizemos, foi precisamente para expor isto aos líderes. Ou seja, a apresentação do nome da Iniciativa Liberal foi extemporânea por parte da mesa. Deixo à consideração dos líderes dos grupos municipais o facto de se poder aceitar ou não esta indicação. O que resultou da conferência de líderes foi que seria aceitável a nomeação de um representante do grupo municipal até ao final da presente sessão e, a partir daí, estaria fechada a apresentação de qualquer outro nome à mesa da Assembleia Municipal. E, nesse sentido, o senhor deputado Miguel Fidalgo indicou o seu próprio nome como representante da Iniciativa Liberal ao Conselho Municipal da Juventude pela Assembleia Municipal. E a senhora deputada da CDU, aproveitou e fez o mesmo e muito bem. Portanto, se o precedente se abre para a Iniciativa Liberal, abre-se também para a CDU e, sendo assim, todos os partidos apresentaram representantes para o Conselho Municipal da Juventude em sede da Assembleia Municipal e fechar-se-á assim o assunto. -----

Relativamente aqui à interpretação à mesa que o senhor deputado João Pedro Castro fez, também em conferência de líderes, dado que isto se prolongou mais do que aquilo que seria eventualmente expectável, confesso que não me recordo de em comissão permanente o senhor deputado ter abordado esse assunto, mas pode ser a minha memória que não está muito boa, mas, acho que os líderes dos grupos municipais manifestaram preocupação pelo facto da assembleia se poder prolongar, dado que já estamos a chegar à hora do almoço e há indisponibilidade da grande parte dos grupos municipais para continuar a sessão durante a tarde. Aquilo que ficou combinado entre os líderes e eu vou deixar à consideração da Assembleia Municipal, é discutirmos ainda e só, os pontos onze e doze que eventualmente agregaremos a apreciação dos relatórios de monitorização em

conjunto. Apreciação do terceiro relatório de monitorização da operação de reabilitação urbana da Vila de Joane e apreciação do terceiro relatório de monitorização da operação de reabilitação urbana do eixo Bairro-Delães. Cada um destes pontos é discutido sobre a grelha E. Cada partido terá cinco minutos, que agregados serão dez minutos de discussão para cada partido. O que ficou combinado foi que faríamos a discussão destes pontos e todos os restantes pontos serão agregados à convocatória da próxima sessão ordinária e serão discutidos na próxima sessão ordinária. Além disso, dada a extensão da convocatória da próxima sessão ordinária, que poderá ficar eventualmente demasiada extensa, tenho que fazer contas para ver se cumpre o regimento. A sessão poderá ter que ter continuidade, ou seja, teremos uma sessão no dia 5 e se não tivermos condições de a acabar até à hora em que definiremos depois em conferência de líderes, que normalmente é até à meia-noite e meia, continuará no dia seguinte, dia 6, sábado de manhã, pelas nove e trinta. Foi isto que combinámos com os líderes. É isto que eu vou deixar à consideração da Assembleia Municipal. Alguém vota contra esta possibilidade? Alguém se abstém? Foi aprovado por unanimidade. Entraremos então no ponto onze, apreciação do terceiro relatório de monitorização da operação de reabilitação urbana da Vila de Joane e ponto doze, apreciação do terceiro relatório de monitorização da operação de reabilitação urbana do eixo Bairro-Delães da ordem de trabalhos. Tem a palavra, se assim pretender, o senhor Presidente da Câmara.-----

---DÉCIMO PRIMEIRO PONTO – APRECIAÇÃO DO TERCEIRO RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DA VILA DE JOANE. (GRELHA E) -----

---DÉCIMO SEGUNDO PONTO – APRECIÇÃO DO TERCEIRO RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DO EIXO BAIRO-DELÃES. (GRELHA E) -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (MÁRIO PASSOS) - De forma muito rápida. Antes disso, cumprimentar todas e todos, desde o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, demais elementos, as senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais e as senhoras e senhores presidentes de Junta. Neste início de novo ciclo, desejar também, obviamente, as maiores felicidades para todas e todos. No que respeita para ser curto, para aproveitarmos bem o tempo relativamente a estas duas informações da Câmara Municipal, que são para aqui serem apreciadas. São informações que são rotineiras, penso que até são de seis em seis meses e, portanto, atendendo a esse facto e atendendo que as propostas de informação são claras também, penso que posso prescindir de um desenvolvimento maior acerca delas. -----

---ANTÓNIO VARELA (PS) – Senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhoras e senhores presidentes da Junta, famalicenses obviamente. Os relatórios de monitorização das operações de reabilitação urbana, que eu passo a chamar ORU, que hoje apreciamos não surgem, obviamente, num vazio político. Em 17 de janeiro de 2025, aquando a discussão dos segundos relatórios, esta Assembleia já se tinha debatido profundamente sobre as situações do ORU, em particular da Vila de Joane e do Eixo de Bairro-Delães. Na altura, tanto o Partido Socialista, como o PSD, reconheceram dois factos essenciais: a existência de sinais positivos em Joane e a existência de problemas sérios e persistentes em Bairro e Delães. Hoje, com os terceiros relatórios de monitorização em mãos, importa verificar se a realidade mudou de forma substantiva ou se, pelo contrário,

as preocupações de então se mantêm. Começo, então, pelo caso da Vila de Joane. Os dados atualmente apresentados mostram uma dinâmica urbanística mais robusta, maior número de operações urbanísticas sujeitas a controlo prévio, um conjunto de edifícios reabilitados e uma utilização mais frequente dos instrumentos de apoio e incentivos fiscais. Esta evolução confirma o que o deputado Jorge Paulo Oliveira, do PSD, já tinha assinalado em janeiro. Joane é uma ORU onde se observa um aumento da dinâmica urbanística e onde é legítimo acalentar uma expectativa futura positiva. Contudo, o Partido Socialista entende que é importante sublinhar dois aspetos. Em primeiro lugar, apesar deste progresso relativo, os resultados ainda estão aquém da ambição que se justificou com a criação da ORU e, em segundo lugar, a situação de Joane não pode ser analisada isoladamente. A existência de uma ORU com sinais positivos não compensa as fragilidades profundas da ORU do Eixo Bairro-Delães, pelo contrário, a comparação torna estas fragilidades ainda mais evidentes. Passemos então ao caso do Eixo Bairro-Delães, que já foi qualificada nesta assembleia como um território em perda, sem capacidade de atrair investimento e onde o próprio PSD reconheceu uma fraca dinâmica urbanística. Os números do terceiro relatório confirmam a gravidade da situação. Ou seja, existem cento e quarenta e oito imóveis identificados em estado de conservação mau, péssimo, em ruína ou devolutos. No período entre 3 de agosto de 2024 e 3 de agosto de 2025, foram registados apenas três edifícios habitacionais reabilitados. Nenhum edifício foi reabilitado com incorporação de sistema de sustentabilidade ambiental. Nenhum atingiu classificação energética A ou superior. Foram registados três pedidos de licenciamento de obras de edificação, quatro vistorias, sete certidões e onze casos de recurso a programas. Estes dados mostram uma discrepância evidente entre a dimensão do problema e a escala da resposta. Perante cento e quarenta e oito

imóveis degradados, a reabilitação de três edifícios num ano é insuficiente para inverter qualquer tendência estrutural. Além disso, os indicadores ambientais permanecem a zero, o que revela a ausência de integração das preocupações de sustentabilidade na reabilitação efetivamente realizada. Ao mesmo tempo, os anexos do relatório evidenciam que o investimento privado previsto é elevado, perto de 1,86 milhões de euros entre 2023 e 2025. Ou seja, não estamos perante um território totalmente ignorado pelo investimento privado. Estamos perante um território onde o investimento público não está a ser canalizado de forma eficaz para reduzir o número de edifícios degradados e para responder às carências habitacionais urbanas. Foi neste contexto que, na reunião do passado mês de janeiro, o deputado Jorge Costa, em representação do PS, questionou se os presidentes da Junta de Bairro e de Delães têm sido devidamente apoiados pela Câmara para inverter esta tendência e se foi investido dinheiro suficiente para combater esta falta de atratividade e desenvolvimento. A resposta continua a ser infelizmente negativa. Os terceiros relatórios não demonstram uma alteração estratégica significativa da parte do executivo municipal. Na discussão anterior, o PSD lembrou, e bem, que as ORU têm uma vigência de quinze anos e que os primeiros anos tendem a apresentar níveis mais baixos de execução e que o sucesso depende, em larga medida, do investimento privado. Recordou também que estas operações visam combinar a reabilitação do edificado, a qualificação do espaço público, a sustentabilidade ambiental, a valorização do património, recorrendo a mecanismos como as isenções do IMI, do IMT e do IVA. Se em 2024 ainda se podia invocar a fase inicial das ORU, em 2025 os dados mostram que a ORU de Joane está a conseguir ganhar alguma tração, enquanto que, Bairro-Delães permanece praticamente estagnada. A diferenciação entre estes dois territórios, ambos abrangidos por ORU, demonstra que a falta de resultados

em Bairro e Delães não é uma fatalidade do modelo, mas sim uma questão de prioridade política de capacidade de mobilização dos instrumentos e de apoio efetivo às freguesias envolvidas. Concordamos, por isso, com duas ideias que o PSD já trouxe a esta assembleia e que importa agora operacionalizar. A primeira, a necessidade de reforçar de forma mais significativa e visível as ações de informação sobre incentivos e benefícios fiscais ligados à ORU. A pertinência de ponderar o alargamento da penalização do IMI para imóveis devolutos ou em ruína a outras ORU, designadamente o caso do eixo de Bairro-Delães, com critérios claros e salvaguardas sociais adequadas. Assim, à luz destes seis relatórios, o Partido Socialista entende que esta Assembleia deve deixar claro à Câmara Municipal que os próximos relatórios de monitorização devem incluir indicadores de resultado, não apenas indicadores processuais. No caso do eixo Bairro-Delães, é indispensável o plano de intervenção priorizado para os cento e quarenta e oito imóveis identificados. A Câmara deve assumir um papel mais ativo na mobilização de investimento privado. Devem ser reforçados os meios técnicos financeiros colocados à disposição das Juntas de Bairro e Delães, de forma a que estas não sejam apenas destinatárias das decisões, mas coautoras da estratégia de reabilitação. Deve ser seriamente estudada a extensão do agravamento do IMI para devolutos à ORU do Eixo Bairro-Delães, enquadrando-se numa política equilibrada que responsabilize o abandono especulativo, mas proteja proprietários em situação económica vulnerável. O Município deve reforçar o investimento público na reabilitação urbana, incluindo habitação a custos controlados, neste eixo obviamente. O Partido Socialista considera essencial que a Câmara utilize plenamente as possibilidades previstas no regime jurídico da reabilitação urbana em vários dos artigos que constam deste normativo. O Eixo Bairro-Delães, dada a sua fraca dinâmica, a persistência de

cento e quarenta e oito imóveis degradados, é o território onde esta intervenção pública estruturante é a mais necessária. A criação de habitação a custos controlados neste eixo permitiria reforçar a densidade populacional, apoiar famílias e trabalhadores das empresas envolventes e criar condições reais para a revitalização urbana, atraindo posteriormente investimento privado complementar. Senhor Presidente, senhores deputados, os seus relatórios confirmam que as ORU são instrumentos com potencial, mas também com riscos claros de ineficácia se não forem politicamente conduzidos com exigência. A Vila de Joane mostra que é possível gerar dinâmica. O eixo Bairro-Delães mostra que, sem prioridade política e sem estratégia clara, um território pode continuar com perda, apesar de ter, em teoria, todos os instrumentos à disposição. O Partido Socialista entende que esta assembleia não deve limitar-se a tomar conhecimento destes relatórios. Deve antes assumir o seu papel de escrutínio e exigir à Câmara uma reorientação clara das políticas de reabilitação urbana, em especial neste eixo, onde os programas são mais agudos e onde os resultados continuam a ser manifestamente insuficientes.-----

---**MIGUEL FIDALGO (IL)** - Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, este terceiro relatório da monitorização da operação de reabilitação urbana da vila de Joane devia ser, sobretudo, um momento para percebermos o impacto real da estratégia aprovada em 2022. Aquilo que o documento apresenta é um desfasamento evidente entre a ambição no papel e os resultados no terreno. O próprio município identificou, em 2022, setenta e nove imóveis dentro da ARU de Joane em estado de conservação mau, péssimo, em ruína, devolutos ou vários. Ou seja, o problema está bem identificado e os instrumentos tão formalmente criados. Passados três anos, o relatório que hoje apreciamos aqui diz-nos que, no âmbito desta operação, temos zero ações imateriais realizadas e apenas dois

edifícios habitacionais reabilitados, zero edifícios com sistema de sustentabilidade ambiental e zero edifícios reabilitados com classificação energética A ou superior. E temos apenas uma dúzia de casos que recorreram a programas, benefícios ou apoios com intervenção do município. Na conclusão, o próprio relatório reconhece que a dinâmica urbanística na área da reabilitação urbana é limitada e que muito do movimento se traduz na emissão de certidões de localização em ARU, admitindo que possam estar a decorrer obras isentas de controle pré-prévio. E vai mais longe, abrindo a porta à utilização dos mecanismos de pressão previstos no artigo cento e doze do CIMI, ou seja, o agravamento de IMI para imóveis degradados e devolutos, caso se mantenham a alegada inércia dos proprietários. Passando agora para o relatório do eixo Bairro - Delães, aquilo, mais uma vez, como o relatório de Joane, há uma distância entre aquilo que a Câmara promete nos papéis e aquilo que acontece, de facto, nas ruas e nos edifícios destas freguesias. Em 2022, esta Assembleia aprovou uma estratégia com dezoito ações e, ao mesmo tempo, o próprio município identificou setecentos e quarenta e oito imóveis na ARU do eixo Bairro -Delães em estado mau, péssimo, em ruína ou devolutos. Senhor Presidente, setecentos e quarenta e oito. Isto não é um problema marginal, é um problema estrutural que marca o dia a dia de quem vive no eixo, nas freguesias de Bairro e de Delães. Três anos depois da entrada em vigor da ORU, o que é que este relatório nos mostra? Mostra que continuamos a falar deste território com um, e passo a citar, "território em perda, com fraca dinâmica imobiliária, pouca capacidade de atrair investimento e resultados muito modestos". Ou seja, temos um problema gigantesco, uma estratégia que é ambiciosa e uma execução que é mínima. E isso tem consequências reais. Falo de insegurança, de perda de valor das casas das famílias que cumprem, espaço público degradado e oportunidades de

investimento que simplesmente não aparecem. O relatório, este relatório também apresenta o recorrer ao agravamento do IMI para imóveis degradados e devolutos, ao abrigo do artigo que já mencionei. Da parte da Iniciativa Liberal, senhor Presidente, a mensagem é muito clara. Não aceitamos que o Executivo Camarário use o agravamento do IMI como atalho para mascarar a falta de execução. E antes de falar em subir impostos, a Câmara tem de mostrar trabalho. Tem primeiro que fazer um levantamento atualizado e transparente dos setecentos e quarenta e oito imóveis e dos setenta e nove da Vila de Joane. Tem que ter contactos diretos com os proprietários, um menu de soluções para quem quer reabilitar, vender ou arrendar, processos de licenciamentos muito mais rápidos, previsíveis e digitais e metas claras para o número de edifícios que queremos ver recuperados. E por isso, senhor Presidente, eu deixo apenas duas questões que eu espero que sejam respondidas. A primeira questão é: para os próximos três anos, qual é que é o objetivo concreto do Executivo para este território? Quantos edifícios reabilitados? Que volume de investimentos privado mobilizado e quantas famílias diretamente apoiadas? E a segunda pergunta passa pelo agravamento do IMI. Antes de avançar para esta medida, quantos contactos individualizados vão ser feitos com os proprietários destes imóveis e que soluções concretas, tanto técnicas, como financeiras, como licenciamentos, lhes vão ser apresentadas? Ou então, o Executivo quer simplesmente anunciar mais imposto sem garantir primeiro que o Município fez tudo o que lhe competia para desbloquear a reabilitação? -----

---MARIA ANTÓNIA (PSD) - Desde já, os meus cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa, na pessoa de quem cumprimento os demais elementos da Mesa, senhor Presidente da Câmara e os senhores e senhoras vereadoras, senhoras e senhores deputados, senhoras e senhores presidentes de junta,

comunicação social e familiar que nos veem, quer aqui, quer em casa. Somos hoje chamados aqui a analisar duas operações de reabilitação urbana, nomeadamente a da Vila de Joane e a do Eixo Bairro-Delães. É inegável que vivemos num período marcadamente dominado pelas questões e preocupações relacionadas com a habitação, com as ofertas que estão no mercado claramente abaixo das necessidades das populações. E é exatamente nesses períodos que o tema da reabilitação urbana ganha força e presença no debate político e também na sociedade civil, na medida em que, tão importante como garantir construção nova é essencial promover a recuperação e manutenção do imóvel que já se encontra erigido e disponível entre nós. Hoje, somos então chamados a analisar duas operações de reabilitação urbana promovidas pelo município de Famalicão, a da Vila Joane e a do Eixo Bairro-Delães. Não podemos deixar de salientar, desde já, que em ambas estas ORU, o prazo de execução, como já foi bem aqui salientado, de cada projeto é de quinze anos e nós estamos a avaliar neste momento o terceiro ano da execução de cada um desses projetos. E neste tipo de projetos, os primeiros anos são habitual e compreensivelmente os mais difíceis em termos de progressão e impacto ao nível das medidas que estão programadas. E a este respeito também não posso deixar de salientar que, ainda que a evolução possa não ser a que todos desejávamos, a verdade é que desejável seria que nem sequer fosse necessário estarmos aqui a discutir medidas de reabilitação urbana. Também não podemos ignorar que estas ORU são ORU simples, em que aquilo que se pretende com o seu impacto é dinamizar e promover o investimento e a intervenção dos privados, portanto, dos proprietários dos imóveis que se encontram em ambos os territórios e que, nesse sentido, a intervenção da entidade promotora deve ser secundarizada. Por esse motivo, as medidas que se encontram previstas em ambas as ORU são medidas que primam pela

discriminação positiva desses territórios, as quais visam a simplificação ainda mais acentuada dos procedimentos urbanísticos, apoios financeiros, isenções e reduções fiscais. Pretende-se, assim, que os privados se sintam particularmente motivados a intervir nos seus imóveis com as inegáveis vantagens para os próprios, que valorizam o seu património, mas também com inegáveis vantagens para a comunidade envolvente onde esse património se insira. A este respeito, importará ainda salientar que só constam de ambos os relatórios, como também já foi aqui referido, dados estatísticos que reflitam a dinâmica urbanística em processos que estão dependentes de controle prévio, ou seja, de controle urbanístico da Câmara Municipal. Não sendo despiciente referir que muitas intervenções urbanísticas, neste momento, não dependem de controle prévio e por esse motivo podem não estar refletidos nestes em cada um dos relatórios. Parece-nos, contudo, que em face da análise de ambos os relatórios, e fazendo também uma análise comparativa com o último relatório que foi apresentado nesta Assembleia, se regista ainda assim uma evolução positiva tanto num como noutro, ainda que essa evolução positiva seja mais sentida na ORU do Eixo Bairro-Delães, precisamente o território mais carente ou diagnosticadamente mais carente. Para concluir, e porque realmente é essa a finalidade destes relatórios de monitorização, deixo aqui duas notas. Tratando-se de programas que visem promover a intervenção e o investimento privado no imobilizado, e sem prejuízo de não duvidarmos da publicidade conferida a essas medidas, podemos e devemos refletir se podemos fazer ainda mais nesse domínio e se podemos reforçar a intervenção ao nível da sensibilização, formação e capacitação dos proprietários. Somos também chamados a refletir se poderá fazer sentido adotar uma posição mais interventiva por parte da entidade gestora, como também já foi aqui referido, nomeadamente com a adoção de mecanismos de pressão, como

seria o caso do agravamento do IMI, o que já aconteceu no passado, com resultados também francamente positivos. Estas reflexões com que termino refletem a humildade com que olhamos para qualquer medida em curso, que pode sempre beneficiar de contributos que visem ampliar a sua eficácia, sem desconsiderar, contudo, o mérito do trabalho que foi efetuado e a bondade dos resultados apurados. -----

---**JORGE COSTA (PS)** - Começa a desenhar-se logo neste início de mandato aquilo que há de ser no futuro, esta insigne Câmara. O PSD veio aqui, na voz da senhora ilustre deputada, apresentar o *habeas corpus* da coligação a propósito do arranque, que já vai no terceiro ano, há três anos que estão no “*rummm, rummm*”, mas não anda. Mas não anda, principalmente e infelizmente, no Eixo Bairro-Delães. Portanto, o PSD pensa bem, a senhora Deputada fez uma intervenção brilhante, mas aconselha mal, foi incapaz de se virar para o executivo a sério. Bom, uma lufada de ar fresco que eu saúdo por parte da IL e do professor Varela, que já sabia também que ia ser assim dizer à leitura política destes documentos. E a *res nullius* do Chega continua nesse patamar, que em vez de discutir política, o problema do Eixo Bairro-Delães nomeadamente, a necessidade de apoiar de forma diferenciada estas duas comunidades, vem aqui dizer que o PS viria discutir a solução do Elevador da Glória, foi assim uma atoarda qualquer. Bom, o PS não vai entrar neste tipo de atoardas neste mandato, vai discutir centradamente política, política a sério. Lamenta, por isso, politicamente o PS, que o Chega não nos tenha nada a dizer, nem a nós, nem aos famalicenses. E quanto ao conselho de nós nos preocuparmos com o Elevador da Glória, eu queria lembrar o senhor Deputado que antes de dar conselhos ao grupo parlamentar do PS, devia olhar para o seu, porque hoje uma votação indicou que uma pessoa do seu partido não acreditou em João Pedro Rodrigues de Fonseca e

Castro. Olhe pra dentro de casa, em vez de começar a olhar pra fora senhor Deputado.-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (MÁRIO PASSOS) -

Relativamente a esta matéria que eu pensei que eram propostas que iam cingir àquilo que são estas informações, houve aqui divagações diversas. Misturaram-se alhos com bugalhos e eu quero esclarecer, nomeadamente na pessoa do senhor deputado do Partido Socialista, que mostrou absolutamente tudo. E quando se misturam, ou se diz a verdade toda, ou então, não se esconde a maior parte da verdade, que foi o que sucedeu. Aqui em Vila Nova de Famalicão, sob o ponto de vista global, eu penso que vocês também veem os rankings, os números, as notícias, os jornais, porque têm que ler, para estarem preparados, para quando aqui vierem, portanto, estarem apetrechados de todos esses conhecimentos que são importantes para aqui trazer. Ainda saiu recentemente um ranking, penso que foi no Público ou no Expresso, em que Famalicão é o segundo concelho de Portugal, aliás, que tem mais transações imobiliárias do país, de Portugal inteiro. Portanto, sob ponto de vista do investimento privado, porque é disso que estou a falar neste momento, é dos maiores de Portugal. Temos milhares de frações neste momento em construção em Vila Nova de Famalicão, milhares. E, portanto, esta é uma verdade absoluta. Depois, sob ponto de vista do investimento público na habitação, nós não somos, obviamente, o concelho de Portugal que mais constrói habitação, nomeadamente para o arrendamento acessível. Temos duzentas e dez habitações neste momento em obra, umas delas vão ficar concluídas nos próximos dois, três meses, mas têm que ficar todas até junho, duzentas e dez. E eu desafio a todos, a quem quiser, qual é o concelho, nomeadamente aqui do Norte de Portugal, que tem mais habitação pública em construção do que nós, gostava e fica aqui o desafio. E esta também é uma verdade. Depois, obviamente

que temos freguesias com mais construção que outras. Isso é verdade, aliás, como acontece em todos os conselhos. E, portanto, aqui na questão destas duas ORU's, elas foram desenvolvidas por via de legislação que nos permite ter um instrumento jurídico para ajudar o investimento privado, nomeadamente com a redução do IVA, como é sabido que o grande benefício fiscal que de 23% passa para 6%, são 17% a menos e, portanto, é um instrumento jurídico que nós aproveitámos há três anos atrás para ajudar estas duas ORU's e outras que temos no território. Para o investimento, como aqui foi dito e bem, pela senhora deputada do PSD, é um instrumento jurídico que está ao serviço dos privados. E, portanto, esta é uma realidade. E é claro que o resultado destes relatórios, uns mostram que está uma evolução mais positiva, com uma linha de tendência de aproveitamento destes benefícios e noutros, menos. Mas isto também nada tem a ver com o investimento que nós fazemos nas freguesias, isso é uma falsidade tremenda, tremenda. Bairro é um bom exemplo disso, tem um centro social que é de excelência. Estamos a apoiar fortemente na ampliação que estão a desenvolver. Tem o tecido associativo com uma dinâmica tremenda. Tem as escolas também de excelência, que agora ainda comprámos mais um terreno para aumentar o logradouro dessa mesma escola. Tem acessibilidades boas para todo lado. Portanto, investimento público é o que mais há, e estou certo que também o privado, porque até noutras freguesias os mercados vão-se saturando, eles vão-se deslocando, como está a suceder, dumas freguesias para outras e, portanto, estamos no início também deste processo e estou certo que irá haver essa transferência para essas freguesias no concelho também ao investimento privado. Portanto, se quisermos dizer tudo, temos que dizer da maneira que eu disse. -----

---**RICARDO MENDES (CDS)** - Sem querer polemizar o que já foi aqui polemizado, sem necessidade nenhuma e respeitando àquilo que é a causa e não

aquilo que é o relatório, tal como foi já aqui explanado. A ORU, o objeto da ORU são quinze anos de intervenções e dependem de três vetores essenciais, sendo que um prevalece sobre todos os outros, que é eventualmente aquilo que os privados fazem com as suas propriedades e com os recursos financeiros que têm. E se eventualmente são ou não incentivados a reabilitar a sua, e se têm essa oportunidade e esses recursos para reabilitar as suas propriedades. Obviamente que isto, os outros dois vetores são os benefícios que, dos quais se podem socorrer para realizar essas reabilitações. E outra, já a parte que foi referida aqui pelo deputado da Iniciativa Liberal Miguel Fidalgo, que está prevista no IMI como uma consequência de permanecerem durante largos anos e degradando-se cada vez mais aquilo que é o parque de propriedades para a reabilitação. Que na minha opinião, e tendo em conta aquilo que se passa concretamente no nosso concelho, e de ser já prática no centro da cidade, a consequência é manifestamente insuficiente para levar uma pessoa a reabilitar uma propriedade. Isto por quê? Porque a maior parte dos proprietários, por vezes não têm recursos, adveio à sua propriedade ou à sua posse esse imóvel por via de heranças e, eventualmente, residem num lugar distante e, portanto, não reabilitam. Fica esquecida na espuma dos tempos aquilo que era o património da família por vezes com muito esforço. Nós somos um concelho de trabalhadores e que tiveram sempre essa perspetiva de construir alguma coisa para deixar para os filhos. A vida dos filhos muda, fica a propriedade até se degradar completamente. Portanto, aquilo que eu queria trazer aqui é uma reflexão não polemizada, como foi já aqui, porque aqui duas intervenções não transportaram nada, mas uma reflexão acerca daquilo que a Câmara pode fazer, daquilo que nós podemos fazer enquanto agentes, entre aspas, "políticos do Concelho", que é, pura e simplesmente, tentar potenciar o investimento público de forma a conseguir

cativar lá pessoas. O investimento público traduz nas infraestruturas básicas e essenciais ter creches, ter infraestruturas, primárias, como saneamento e água, isso, nesse capítulo estamos servidos. Mas concretamente, no que diz respeito há que mais nos preocupa, a operação de reabilitação urbana de Bairro-Delães, há uma particularidade. Se houve locais onde o investimento público com dimensão, já sei que os senhores Presidentes de Junta obviamente não concordarão com isto, mas concordarão em parte com aquilo que estou a referir, é que houve algum investimento público de monta nesses territórios, existiu. Se eventualmente esse investimento público transmite mais qualidade de vida àqueles que lá habitam? Claro que sim. Se é um território que tem uma pressão urbanística grande, tem uma grande procura, que é isso que faz funcionar o mercado, como é óbvio, nós sabemos que teve em tempos e que eram zonas de grande ênfase industrial, tinham grandes empresas, muito à oferta de emprego e isso fazia com quê? Com que as pessoas procurassem viver no local onde trabalham. Entrou numa depressão grande. Neste momento existem inúmeros imóveis, aliás, muitos daqueles setecentos e quarenta e oito que foi aqui referido insistentemente pelo senhor deputado. E, portanto, relativamente a essa matéria importa mesmo fazermos esta reflexão. Quais os investimentos públicos e se eles podem potenciar, acho que nessa perspetiva eu posso dar aqui a minha opinião, mas pouco conta e contará pouco a cada um de nós, mas conta muito a opinião de todos. E se eventualmente essas medidas que podemos tomar poderão potenciar ou não, ou fazer com que os proprietários tenham os recursos necessários, ou se sintam verdadeiramente incentivados para realizar as operações de reabilitação, quer para a habitação, quer os inúmeros edifícios que são milhares de metros quadrados que existem nessa zona com cariz industrial, com outra ocupação e que eventualmente poderiam ser utilizados para reerguer a economia e depois

sim, ao reerguermos a economia haver emprego, haver condições, haver movimentação de pessoas para esse local, haver mais pressão urbanística e certamente existir uma expectativa das pessoas ao investirem na reabilitação do seu imóvel, poderem daí trazer ou tirar alguma rentabilidade. De outra forma, ninguém vem de Lisboa, do Porto reabilitar uma pequena propriedade em Bairro, se não tiver daí a expectativa de que pelo menos o investimento que fará será ressarcido do mesmo. E são estes três vetores que importa verificar. Primeiro, o incentivo ao investimento privado, depois aquilo que através do investimento público podemos fazer no território a nível infraestrutural para cimentar pessoas no local ou para que haja mais procura, e depois eventualmente, podermos trazer consequências que não dependem da Câmara Municipal, mas da Assembleia Municipal. Porque a Câmara não tem poderes para alterar o IMI e trazer mais consequências para os proprietários que tendo condições, que é uma situação que não é prevista no IMI, portanto, não há isenção. Quando se aumenta o IMI, eles são pagos. E depois, o que é que poderia existir daquilo que a IL seguramente é contrária, porque eu também sou, que é o confisco, confisco não. Isso não deve existir, porque houve muita gente que trabalhou para que existisse isso. Agora, temos que tomar algumas medidas ou pensar todos, em vez de estarmos aqui a criticar, a falar de assuntos que nada importam às pessoas, temos que pensar todos em algumas soluções, por pouco que possamos fazer, que possam incentivar as pessoas a reabilitar o seu património.-----

---**MIGUEL FIDALGO (IL)** - Senhor Presidente da Câmara, Mário Passos, notei que a sua primeira intervenção nesta Assembleia Municipal foi: "achava que não ia haver grande discussão nestas propostas". Olhe, e eu agora vou citar uma pessoa que nunca na vida pensei citar, que é António Costa, "habitue-se, vão ser quatro anos disto", senhor Presidente. Falou de rankings e eu quero lhe falar

dum ranking, já que falou de rankings. Divagou, divagou realmente. Vamos falar do ranking de estarmos no lugar trinta e três no ranking municipal de competitividade, senhor Presidente, atrás das grandes potências dos concelhos da Guarda, Arruda dos Vinhos, Amadora, Condeixa-a-Nova? São estes municípios que nós vamos comparar? Eu acho que não, senhor Presidente, acho que Famalicão merece mais, porque até Famalicão é o terceiro maior município exportador do país. É uma coisa que o senhor presidente diz muitas vezes e bem. É uma coisa que nos temos que orgulhar, não podemos orgulhar é deste ranking. Falou de rankings, eu quero falar deste ranking. Em relação às perguntas, eu já percebi que é o seu *modus operandi*. Não responde a nenhuma pergunta, senhor Presidente. Fiz-lhe duas perguntas. A primeira era um objetivo quantificável, não é vamos fazer, eu quero quantificados, quantos? Qual é o objetivo concreto do executivo para este território? Quantos edifícios reabilitados? Que volume de investimento privado mobilizado e quantas famílias diretamente vão ser apoiadas? Agora falando do agravamento do IMI, claro que temos que defender sempre, sempre a propriedade privada, é um *ex-libris* dos liberais. Mas o agravamento do IMI, também, só não pode ser uma desculpa para fraca execução que nós vemos nestes dois relatórios. O agravamento do IMI é mesmo só em último caso e o que eu lhe pedi, foi uma pergunta que também não me respondeu, senhor Presidente, foi: quais é que iam ser os contactos individualizados que iriam fazer para os proprietários desses imóveis, para lhe apresentar todas as soluções possíveis? -----

---**JOÃO CASTRO (CHEGA)** – Colocar aqui alguns pontos que me parecem importantes. Durante quase quarenta anos, quarenta e cinco anos, apenas 2% da habitação era pública. Em Portugal, há setecentos e sessenta mil casas fechadas ou voltadas ao abandono, devolutas. Tal como referiu o senhor Deputado,

Ricardo Mendes, muitas dessas casas não se conseguem reabilitar por debilidade económica dos herdeiros, é um aspeto que todos nós conhecemos. Tenho que dar o mérito também a esta Câmara, neste aspeto, o IMI dos edifícios devolutos já foi agravado para 0.8%. penso que é o que está. Mas nós também não podemos ser os fundamentalistas ao ponto de querer retirar a propriedade das pessoas, porque, de facto, há muitos casos que todos nós conhecemos de heranças que estão em conflito, em tribunal, que demoram anos e anos, entretanto as casas vão-se degradando e nenhum dos herdeiros quer tomar a iniciativa para a sua recuperação. Depois, gostaria de fazer duas ou três perguntas ao senhor presidente da Câmara. Quais as medidas que a Câmara tem para atrair investimento privado? É uma pergunta muito concreta, porque nós sabemos que os privados, e com certeza que vamos discutir isso na próxima Assembleia, têm-se desinteressado por uma razão muito simples, se podem ganhar cem, porque é que não de ganhar vinte? Esta é uma pergunta que me parece muito pertinente. E a transferência de habitação não deve ser por saturação, e sim por atração. Portanto, este tema da habitação, da reabilitação urbana, nas nossas freguesias, das casas devolutas, também não podemos esquecer, deixemo-nos de hipocrisias, que em quatro anos entraram em Portugal um milhão e seiscentas mil pessoas, todas elas que aumentaram naturalmente a procura por habitação e criaram uma série de especulação, mas enfim, são gotas do outro rosário, mas são assuntos que estão em cima da mesa e que esperamos que este executivo camarário, neste novo mandato, consiga pelo menos mitigar ou resolver minimamente, até porque os portugueses, especialmente os jovens casais, sentem muita dificuldade no arrendamento ou na compra de casa. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – No segundo que me resta, apenas para dizer que a discussão, ninguém trocou nada e a discussão segue na próxima sexta-feira sobre habitação. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (MÁRIO PASSOS)** – Só também de forma rápida, primeiro, para aceitar o desafio. Será de todo gosto trazer aqui cada vez mais informações e eu vejo isso como oportunidade para que saia daqui também melhor informado, com mais conhecimento acerca da realidade do nosso concelho. Relativamente às questões que me foram aqui colocadas, eu penso que respondi. Não respondi diretamente, mas nós somos o segundo concelho dos dois concelhos de Portugal que mais constrói. É evidente que tem que ter aqui muito investimento privado, senão isto não sucedia. Mas aproveito a oportunidade, porque o investimento não é só no imobiliário. Também vamos ter nos próximos quatro anos mais de setecentos milhões de euros. Volto a repetir, setecentos milhões de euros de investimento também em novas empresas e ampliação de empresas. Portanto, o nosso território sempre foi muito interessante, mas está cada vez mais interessante para o investimento privado. É o que estes números representam e esta é que é a realidade. Há um outro dado também muito importante, basta consultar o INE, nomeadamente a demografia de portugueses. Somos dos poucos concelhos em Portugal em que a demografia de portugueses, porque a demografia dos imigrantes todos sobem, e diz-se e bem, todos sobem. Famalicão é dos poucos que está a subir a demografia de portugueses, tal como Braga. Todos os outros estão a descer e, portanto, há aqui evidências claras e inequívocas de que estamos no bom caminho. Temos sido um território muito atrativo, aliás, cada vez mais atrativo. Mostram os números do investimento no imobiliário e no tecido produtivo, nomeadamente esses que são, penso eu, para todos, bem elucidativos. -----

---**MIGUEL FIDALGO (IL)** – Eu vou ser muito breve. É só para deixar claro a esta Assembleia que eu fiz uma série de questões que o senhor Presidente não me respondeu a nenhuma. Começou-me a divagar e falou do senhor deputado Jorge Costa a divagar, que realmente também concordo, mas o senhor Presidente é um *masterclass* da divagação. É só para deixar claro. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (MÁRIO PASSOS)** – É só para dizer, primeiro, eu respondo às perguntas que considero relevantes para a discussão das matérias em apreço. No seu caso, porventura, não são muito relevantes. -----

---**MIGUEL FIDALGO (IL)** – Senhor Presidente da Câmara, Mário Passos, eu acho que o seu sentido democrático, que espero que ainda tenha aí um bocadinho, peça desculpa pelo que acabou de dizer. Eu represento milhares de famalicenses que votaram em mim e no meu grupo municipal do Movimento Liberal. As nossas perguntas são pertinentes, por isso dou-lhe uma oportunidade. Tem cerca de dois minutos e cinquenta e nove segundos para responder às perguntas, porque se eu fui eleito pelos votos dos famalicenses, que também o elegeram a si, acho que os famalicenses que votaram em mim têm o direito de ter as perguntas respondidas. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (MÁRIO PASSOS)** – É só para dizer, primeiro, eu respondo às perguntas que considero relevantes para a discussão das matérias em apreço, no seu caso porventura não são muito relevantes. -----

---**MIGUEL FIDALGO (IL)** – Senhor Presidente da Câmara Mário Passos, eu acho que o seu sentido democrático que espero que ainda tenha aí um bocadinho. Peça desculpa pela que acabou de dizer, eu represento milhares de famalicenses que votaram em mim e no meu grupo municipal da Iniciativa Liberal. As nossas

perguntas são pertinentes, por isso dou-lhe uma oportunidade, tem cerca de 2 minutos e 59 segundos para responder às perguntas. Porque se eu fui eleito pelos votos dos famalicenses que também o elegeram a si, acho que os famalicenses que votaram em mim têm o direito de ter as perguntas respondidas. -----

---**RICARDO MENDES (CDS)** - Eu queria também, só apenas com uma frase, referir ao senhor Presidente da Câmara que dê a oportunidade, através dos investimentos e das medidas que tomará, seguramente para reforçar estes planos de ORU, que é o Eixo de Bairro-Delães e Joane, tenham condições para os proprietários poderem reabilitar as habitações e colocá-las à disposição das pessoas e para resolver a crise da habitação, que é muito propalada por todos, mas de facto, aqui ideias concretas para que as mesmas se resolvam não existiu nenhuma.-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO)** - Não havendo mais inscrições, estão então encerrados os pontos onze e doze da Ordem de Trabalhos, os quais foram discutidos em conjunto e não têm lugar a votação. Tal como deliberado anteriormente, os restantes pontos serão aditados à próxima ordem de trabalhos da sessão ordinária do dia 5 de dezembro, que poderá eventualmente continuar no dia 6 de dezembro. Antes de terminar, coloco só a votação a aprovação em minuta da ata para que possa produzir efeitos imediatos. -----

---**APROVADAS EM MINUTA DE ATA TODAS AS DELIBERAÇÕES TOMADAS**-----

--- Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de: -----

-----**DEPOIS DA ORDEM DO DIA** -----

--- Para este período não há inscrições do público e nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada às 13h -----

-----**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

_____ -

----- A SECRETÁRIA -----

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos: -----

--- Registo de Presenças;-----

--- Documentos referentes aos pontos, um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze. -----

--- Minutas de atas referentes aos pontos, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove e dez. -----
